

DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE A METÁFORA

Claudia de Souza Teixeira
Doutora em Letras Vernáculas/IFRJ

RESUMO: Este trabalho objetiva apresentar diferentes concepções sobre a metáfora e mostrar que estas resultam de modificações no modo de entender a linguagem e o ser humano. Busca também provar que ainda são comuns visões equivocadas sobre o uso desse recurso linguístico.

ABSTRACT: This paper aims to present some different views about metaphor and to show that they are result of the modifications in the way of understanding language and the human being. It also tries to prove that wrong views about the use of this linguistic resource are common.

Introdução

A palavra "metáfora" vem do grego *metaphora*, derivada de *meta* ("sobre") e *pherein* ("carregar, transportar"). Ela se refere a um conjunto de processos linguísticos em que as características de um objeto são transferidas para outro, ao ponto de se falar do segundo como se fosse o primeiro. A metáfora é considerada por muitos a mais fundamental das figuras de linguagem e tem sido estudada desde a Antiguidade sob diferentes pontos de vista.

As diversas teorias sobre a metáfora podem ser divididas em dois grupos: as monísticas e as dualísticas (MOOIJ, 1976). As primeiras defendem que as palavras usadas metaforicamente perdem sua capacidade referencial original para receberem outra; as segundas, que essas palavras guardam sua capacidade referencial original, ao mesmo tempo em que passam a carregar uma segunda referência.

Neste trabalho, optou-se por apresentar as teorias mais importantes seguindo uma linha cronológica, por entender-se que, dessa forma, a apresentação mostraria de forma mais clara as diferentes concepções sobre o tema.

1. A metáfora na retórica clássica

A metáfora foi definida pela retórica clássica como uma comparação abreviada ou elíptica. Era vista como um fenômeno que se enquadrava no conjunto das figuras que constam de uma só palavra. Para Aristóteles, havia diferença entre o uso comum das palavras e o uso poético delas. Em todos os seus escritos sobre o assunto, está presente a noção da metáfora

como um desvio dos modos comuns da linguagem. Segundo o filósofo, essa figura estava vinculada à *léxis*, ou seja, acontecia ao nível do nome, da palavra, e não do enunciado. Ele a definiu como “uma transferência de um nome estranho, estrangeiro de uma coisa para outra, transferência do gênero para a espécie, da espécie para o gênero, da espécie para a espécie e por fim pela relação de analogia.” (ARISTÓTELES, 1964, 304).

A metáfora seria, pois, uma *epíphorá*, ou seja, um deslocamento, uma transferência, uma transposição de um nome, a que Aristóteles chamava de *allótrios* (estranho, estrangeiro).

A ideia de *allótrios* tende a relacionar três concepções distintas: a de desvio em relação ao uso comum; a de empréstimo a um domínio de origem, e a de substituição de uma palavra ausente, mas disponível (RICOUER, 2000).

Aristóteles identificou quatro modos de deslocamento metafórico: de gênero para espécie, de espécie para gênero, de espécie para espécie e de substituição analógica. Na realidade, apenas esse último modo corresponderia atualmente à metáfora "stricto sensu"; os outros se refeririam à sinédoque e à metonímia. Sob o nome de metáfora, Aristóteles designou todos os tipos de transposição, tanto os que se baseiam nas relações de similaridade como nas de contiguidade. Os diferentes tratamentos de Aristóteles dados ao tema podem parecer contraditórios, mas as ambiguidades aparentes revelam a tentativa de dar conta de um fenômeno muito complexo para poder ser limitado a uma teoria categórica.

Na obra aristotélica, podem ser encontrados três procedimentos com relação à metáfora (MARCOS¹ *apud* RODRÍGUEZ, 1999):

- a) o desenvolvimento de uma teoria sobre ela (*Arte Retórica e Arte Poética*);
- b) afirmações explícitas sobre a proibição de seu emprego na metodologia científica (*Meteorológicos, A geração dos animais e Analíticos Posteriores*);
- c) o emprego dela em seus textos filosóficos.

As metáforas estariam unicamente autorizadas na linguagem poética e na retórica. A ausência de um termo também justificaria o uso delas: "de maneira que se dê um nome àquilo que até aí não o tinha" (ARISTÓTELES, 1964, 192). Para Aristóteles, a língua é imprecisa devido à natureza da realidade, pois há mais entidades do que termos. Dessa forma, as metáforas viriam a suprir essa falta. Mais do que vincular-se à oposição entre linguagem comum e linguagem figurada ou logicidade e ilogicidade, elas viriam a atender as necessidades das diversas formas de exprimir o pensamento e a realidade.

Vale dizer que Aristóteles só admitia que as metáforas se derivassem do que fosse naturalmente belo. Isso pode ser constatado por duas de suas observações: "Portanto é dali, quero dizer, dos termos belos, quer pelo som, quer pela força de expressão, quer pelo aspecto ou por qualquer qualidade sensível, que devemos tirar as metáforas" ou ainda "É preciso também que a metáfora seja tomada de coisas belas..." (ARISTÓTELES, 1964, 192-193, respectivamente). A metáfora seria, enfim, um recurso decorativo, para ser utilizado em situações específicas; acrescentaria "charme" e distinção ao pensamento: "A metáfora é o meio que mais contribui para dar ao pensamento clareza, agrado e o ar estrangeiro de que falamos." (ARISTÓTELES, 1964, 190). Além disso, tornaria possível a apreensão de novas ideias, causando impacto no ouvinte/leitor pela sua vivacidade, pela nova ideia que ela conteria. Daí precisar conter certa originalidade: "... devemos tirar as metáforas das coisas que nos são chegadas, sem serem demasiado evidentes." (ARISTÓTELES, 1964, 219).

A visão aristotélica da metáfora como uma espécie de "ornamento" da linguagem foi reforçada por escritores clássicos subsequentes, que enfatizaram ainda mais o seu princípio "decorativo", insistindo na harmonia necessária entre os elementos envolvidos.

Para Cícero, em sua *De Oratore*, por exemplo, a metáfora tinha como função abrilhantar o discurso. Horácio, em *Arte da Poesia*, também a viu como efeito decorativo. Quintiliano, em sua *Institutio Oratoria*, defendia que a linguagem comum deveria ser elevada para atender aos propósitos da arte. As figuras de linguagem teriam o poder de promover essa "elevação". Esse autor tinha a metáfora como o "supremo ornamento do estilo".

A anônima *Rhetorica Herennium* (86 d.c.), atribuída indevidamente a Cícero, enfatizou a função decorativa dessa figura. Assim como nos trabalhos dos outros autores anteriores, a metáfora incomum era condenada (RODRIGUÉZ, 1999).

Enquanto Aristóteles isolou a metáfora, dividindo-a em quatro tipos, a *Rhetorica ad Herennium* e autores como Quintiliano e Cícero reduziram-na a um dos elementos do grupo dos tropos, a um mero recurso estilístico, privando-a de todos os aspectos cognitivos que lhe foram atribuídos posteriormente. Rodriguez resume a questão, mostrando como diferentes autores clássicos caracterizaram a metáfora:

Dentro de esta tradición, Cicerón (**De Oratore**) toma la idea de transferencia en el significado de los nombres y caracteriza la metáfora como el resultado de operaciones lógicas que además tiene un efecto estético. Horacio (**Ars Poetica**) subraya la capacidad de la metáfora para hacer presentes relaciones

¹ MARCOS, A. *Aristóteles y outro animales*. Barcelona: PPU, 1996.

de similitud y armonía entre las cosas; Longino (**De lo sublime**) admite que la metáfora trae al discurso cierta armonía y adecuación si se utiliza con acierto y discreción. Quintiliano recogió la afirmación aristotélica sobre la relación de la metáfora y el símil, subordinando la metáfora a este último: "in totum autem metaphora brevior est similitudo", y subrayó la idea de transferencia de significado de um nombre a outro. (...) **La Rhetórica ad Herennium** también asigna a la metáfora la capacidad de dar viveza y sintetizar el pensamiento poéticamente. (RODRÍGUEZ, 1999)

2. A metáfora da Idade Média até o século XX

Na Idade Média, não houve o desenvolvimento de novas teorias literárias, mas permaneceu um interesse no processo da metáfora, analisado sob o ponto de vista clássico, tomando como modelo, principalmente, a *Rhetorica ad Herennium*. Na sociedade medieval, basicamente cristã, a experiência coletiva era mais importante do que a pessoal. A metáfora fundamental era a de ser o mundo um livro escrito por Deus (HAWKES, 1972, 17). Acreditava-se ser a metáfora inspirada por Ele para veicular sentidos quando propriamente interpretada. A tarefa do poeta era, pois, mais do que expressar seu ponto de vista sobre o mundo ou adorná-lo para seu próprio deleite; era descobrir os significados de Deus, e as metáforas eram meios utilizados para esse fim.

No século XVI, a partir das concepções de Petrus Ramus (filósofo e retórico) sobre a retórica, a metáfora tornou-se, de alguma forma, mais lógica, já que os poetas passaram a fazer tentativas mais conscientes de relacionar a "inventio" à lógica. Os "ramistas" afirmavam que a poesia podia basear-se na lógica. Dessa forma, não haveria diferenças entre as metáforas ligadas aos sentimentos e as relacionadas ao pensamento.

A associação da metáfora à linguagem poética e a visão de ser ela um efeito ornamental vieram a fazer com que, nos séculos XVII e XVIII, época do racionalismo e do empirismo, se desejasse alcançar uma linguagem sem metáforas, pois estas eram consideradas um recurso prejudicial à clareza do pensamento. Locke,² por exemplo, considerava o uso figurado das palavras um instrumento da mentira:

[...] toda a aplicação artificial e figurada das palavras que as regras da eloquência inventaram, não servem senão para insinuar ideias erradas no espírito, para mover paixões e, por meio disso, perturbar o julgamento; e, então, são de fato fraudes perfeitas [...] é preciso evitá-las por completo em todos os discursos que pretendem informar ou instruir; e em que a verdade e o conhecimento estão em questão, não se pode pensar que sejam outra coisa

² LOCKE, J. *Ensaio sobre a compreensão humana*. Livro 3, cap.10.

a não ser um grande defeito ou da língua ou da pessoa que as utiliza [...].
(*apud* LAKOFF e JOHNSON, 2003, 300).

Nessa época, então, buscou-se a sobriedade no uso das expressões retóricas, de forma a não obscurecer a forma lógica, a evidência do pensamento.

Por outro lado, no final do século XVIII, com o Romantismo, houve a tendência de rejeitar a noção clássica de metáfora como recurso acrescentado à língua com alguma função retórica ou ornamental, para defender a teoria de que ela está "organicamente" relacionada à língua como um todo, expressando essencialmente a imaginação e ajudando na criação de uma nova realidade.

No início do século XIX, Fontanier (*apud* RICOUER, 2000) avivou, em certo sentido, algumas concepções aristotélicas sobre a metáfora. Continuando a considerá-la uma figura de uma única palavra; afirmou, entretanto, que consiste "em apresentar uma ideia sob o signo de outra ideia mais evidente e conhecida." (RICOUER, 2000, 83).

Cabe ainda mencionar que, nos finais do século XIX, Bréal, seguindo a tendência historicista dos estudos da linguagem e citando exemplos advindos do latim, demonstrou que as línguas estão repletas de vocábulos cujos sentidos são, em sua origem, metafóricos (ex: "erudire", que significa, em português, "instruir", era o nome de um ramo de árvore que foi debastado). O "percurso" da metáfora é assim descrito pelo autor:

[...] a metáfora muda instantaneamente o sentido das palavras, cria expressões novas de um modo súbito. A visão de similitude entre dois objetos, dois atos, a faz nascer. Ela se faz adotar se é justa ou pitoresca, ou simplesmente se preenche uma lacuna no vocabulário. Mas a metáfora não permanece tal como em seu início: logo o espírito se habitua à imagem; seu próprio sucesso a faz empalidecer, ela se torna uma representação da ideia apenas mais colorida que a palavra própria. (BRÉAL, 1992, 91).

3. A metáfora no século XX

No século XX, a metáfora foi estudada sob diversos pontos de vista, tornando difícil o trabalho de sumarização de tudo o que foi dito sobre o assunto. Portanto, procurar-se-á mostrar apenas algumas posições mais difundidas.

Richards³ (*apud* HAWKES, 1972), no início do século, defendeu a ideia de que os significados são relativos, ou seja, não são estáveis ou fixos, mas apenas atribuídos às

³ RICHARDS, I. A. *The philosophy of Rhetoric*. Oxford: Oxford University Press, 1936.

palavras no momento de seu uso. Além disso, a linguagem não seria a "vestimenta" do pensamento, utilizada para informar sobre uma realidade existente no "mundo real" externo, mas faria essa realidade existir. Essa ideia poderia ser expressa pela frase "as palavras não 'significam', nós 'significamos' por meio delas." (HAWKES, 1972, 58). A língua criaria a realidade; sendo assim, usar aquela seria essencialmente passar de uma realidade à outra, ou seja, estabelecer um processo de transferência.

Toda língua seria, pois, fundamentalmente metafórica. A metáfora é para Richards um princípio inerente à língua, não um desvio do sentido usual. Esse autor distinguiu os elementos envolvidos na metáfora como o "teor" (a ideia subjacente expressa) e o "veículo" (a analogia básica utilizada para "veicular", "carregar" o teor). Da interação entre esses dois elementos resultaria um sentido mais forte do que o atribuído a cada um isoladamente.

Essa concepção de que toda língua é, por natureza, fundamentalmente metafórica tornou-se comum em muitos estudos modernos.

Na segunda metade do século XX, a estilística, a semântica e a pragmática vieram a incorporar às duas teorias diferentes concepções sobre a metáfora, suas motivações e uso.

Na década de 60, o grupo μ propôs uma teoria da metáfora com base na semântica estrutural. Para esse grupo de pesquisadores, continuava a ser considerada uma figura de palavra (metassemema), mas seria vista como uma modificação do conteúdo semântico do termo, resultado de supressões e adições de semas; em outros termos, como produto de duas sinédoques. Na composição da metáfora, não aconteceria um alargamento de sentido como se poderia supor, ao contrário, haveria um estreitamento, já que, na transferência de sentido do primeiro termo ao segundo, só seria levada em consideração a intersecção sêmica, os semas em comum. Dessa forma, como afirma Ricouer,

No caso da metáfora "in absentia", a intersecção sêmica está entre o grau zero ausente e o termo figurado, portanto no interior da palavra. Com a metáfora "in praesentia", a intersecção sêmica torna-se uma aproximação entre dois termos igualmente presentes; uma comparação, com ou sem a marca gramatical da comparação. (RICOUER, 2000, 257).

A limitação dos estudos do grupo μ estaria, principalmente, na ausência de considerações sobre o uso da metáfora em textos não literários.

Na década de 70, alguns linguistas passaram a estudar a linguagem enquanto atividade, evidenciando as relações entre a língua e seus usuários em variados contextos de

enunciação. Nessa linha, chamada de Pragmática, podem ser destacados trabalhos de Grice, Bergmann, Martinich, Searle e Davidson.

Embora Grice não tenha construído uma teoria específica sobre a metáfora, para ele, os enunciados metafóricos são casos de violação da máxima de qualidade ("Só diga o que acredita ser verdadeiro."). Assim, se o falante proferir uma informação falsa óbvia, o ouvinte inferirá que o falante não está querendo transmitir o que o significado literal da sentença expressa (GRICE, 1991).

As ideias de Grice vão servir de base para o desenvolvimento de outras teorias como as de Bergmann⁴ e Martinich⁵ (*apud* SIQUEIRA, 1999).

Bergmann diz que as metáforas não são usadas apenas para fazer afirmações, mas também para criticar, advertir, mentir, etc. Para o autor, o que possibilita interpretar uma declaração como um enunciado não literal é a quebra de qualquer uma das máximas conversacionais e a inviabilidade de o ouvinte interpretar literalmente a declaração. O uso e as intenções do falante é que determinariam se uma sentença está ou não sendo usada metaforicamente.

Martinich, que desenvolveu uma teoria pragmática da metáfora, concorda com as ideias de Bergmann. Além disso, divide as metáforas em convencionais (as literais e claramente falsas) e não-convencionais (supostamente falsas). Em seu artigo, analisando a sentença "Meu amor é uma rosa vermelha", mostra que o sentido literal (muitas vezes absurdo) é o responsável pelo fato de o ouvinte estruturar uma inferência metafórica.

Searle, assim como os autores anteriores, distingue o significado do falante e o da sentença. Segundo ele, o significado do falante é que pode ser metafórico, não o da sentença, ou seja, a metáfora ocorreria porque o falante, ao proferir o enunciado, demonstraria sua intenção de comunicar algo diverso. O conteúdo transmitido por essa figura seria determinado pelas crenças dos interlocutores sobre a realidade. Os motivos para um enunciado ser compreendido como metafórico seriam a falsidade óbvia, o contra-senso semântico, a violação das regras dos atos de fala ou a violação dos princípios conversacionais de comunicação (SEARLE, 1995).

⁴ BERGMANN, M. Metaphorical assertions. In: DAVIS, S. *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, 1991.

⁵ MARTINICH, A.P. A theory of metaphor. In: DAVIS, S. *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, 1991.

Para Searle, há três princípios gerais que permitem com que o falante e o ouvinte possam, respectivamente, produzir e compreender declarações metafóricas ("S" é "P" significando "S" é "R"):

- a) os interlocutores devem compartilhar estratégias que servirão de base para a produção e o reconhecimento de declarações não literais;
- b) deve haver princípios, também compartilhados pelos interlocutores, que associam P a um conjunto de valores possíveis de R;
- c) os interlocutores, partindo do conhecimento de S, devem ser capazes de restringir os valores possíveis de R ao seu significado intencionado.

Searle argumenta contra a ideia de ser a metáfora uma símile implícita. Segundo ele, "os enunciados metafóricos não podem ser equivalentes, quanto ao significado, a enunciados literais de semelhança, por serem frequentemente distintas as condições de verdade dos dois enunciados." (SEARLE, 1995, 148). Um dos exemplos para comprovar esta tese é "Sally é um bloco de gelo." Ele insiste que não há nenhuma qualidade comum aos dois elementos da metáfora, pois se, por um lado, estamos querendo dizer que Sally não é emotiva, por outro, "ser pouco emotivo não é característica de blocos de gelo." (SEARLE, 1995, 151). Resumindo sua crítica à teoria da comparação implícita, Searle destaca os seguintes aspectos:

Em primeiro lugar, há muitas metáforas às quais não subjaz nenhuma diferença literal adequada para explicar o significado metafórico da emissão. Em segundo lugar, mesmo no caso de haver um enunciado literal de semelhança correlacionado, as condições de verdade - e, portanto, os significados - do enunciado metafórico e do enunciado de semelhança não são, em geral, as mesmas. Em terceiro lugar, o que devemos preservar da teoria do símile é um conjunto de estratégias para a produção e a compreensão das emissões metafóricas mediante recurso à semelhança. E, em quarto lugar, mesmo formulada como uma teoria da interpretação mais do que uma teoria do significado, a teoria do símile não nos diz como computar os aspectos de semelhança nem quais são as semelhanças metaforicamente pretendidas pelo falante. (SEARLE, 1995, 192).

Davidson, por sua vez, defende a tese de que "as metáforas significam aquilo que as palavras, em sua interpretação mais literal significam, e nada mais do que isso." (DAVIDSON, 1992, 35). Dessa forma, não haveria nenhum sentido especial nela e, portanto, poderia ser utilizada não apenas na literatura mas também na ciência, na filosofia, no direito, etc. Os absurdos ou contradições veiculados por uma sentença fariam com que o ouvinte a tomasse como metafórica, considerando o contexto e o conhecimento de mundo dos participantes da comunicação. Segundo o autor, haveria um paralelo entre uma metáfora e

uma mentira, já que uma mesma sentença poderia ser utilizada, sem mudança de significado, para os dois propósitos.

A partir da década de 1970, ocorreram mudanças radicais na concepção de metáfora. Esta passa a ser vista por alguns pesquisadores como uma operação cognitiva fundamental, tornando-se de grande interesse também para a psicologia cognitiva. Nesse contexto, é publicado, em 1980, *Metaphors we live by*, de Lakoff e Johnson. Esses autores partiram da análise de enunciados comuns da língua inglesa e inferiram que existe um sistema conceptual metafórico subjacente à linguagem, que influencia nosso modo de pensar e nossas atitudes.

Na realidade, em 1979, Reddy⁶ (*apud* ZANOTTO et alii, 2002) já havia realizado pesquisas que culminaram na conclusão de que a metáfora não é um desvio da linguagem cotidiana, conseqüentemente, não é um fenômeno de linguagens especiais como a poética e a persuasiva. Ele consegue demonstrar que a metáfora é um componente essencial do modo como o ser humano conceptualiza o mundo.

Lakoff e Jonhson, seguindo o caminho aberto por Reddy e por outros autores, defenderam a tese de que a linguagem cotidiana é mais metafórica do que literal, e que a metáfora não é apenas uma questão de linguagem, mas está também relacionada aos processos do pensamento humano, que são, por natureza, amplamente metafóricos. Todos os conceitos abstratos (tempo, estado, ação, sentimentos, etc.) são compreendidos metaforicamente a partir de nossa experiência corporal. Corpo e mente interagiriam para dar sentido ao mundo. O fenômeno da metáfora poderia ser assim explicado com base em Lakoff e Jonhson:

Trata-se de uma operação cognitiva, no qual empregamos um domínio experiencial mais concreto, estreitamente ligado à experiência com nosso próprio corpo e o mundo em que vivemos, para compreender/conceituar um domínio mais abstrato, cuja natureza da experiência humana não permite uma representação direta. São, portanto, nossas experiências corpóreas, de diferentes dimensões, que, sendo recorrentes e co-ocorrentes, geram as metáforas que subjazem à nossa forma de falar. Assim, por exemplo, é o fato de sempre termos fome e de concomitantemente experiencarmos também o desejo de comer que gera a metáfora conceitual DESEJAR é TER FOME. (LIMA, GIBBS JR.; FRANÇOSO, 2000, 108).

A metáfora seria, em termos mais específicos, uma correspondência ou um mapeamento entre um domínio de experiência e outro (domínio-fonte e domínio-alvo).

⁶ REDDY, M.J. The conduit metaphor - a case of *frame* conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (org.) *Metaphor and thought*. Nova York: Cambridge University Press, 1979, 284-310.

Assim, por exemplo, na frase "Ele é jovem; tem muito que caminhar ainda.", o domínio-fonte é um caminho que deve ser percorrido; o domínio-alvo é a vida.

Lakoff e Johnson classificaram as metáforas conceituais em três tipos: ontológicas, estruturais e orientacionais. Nas ontológicas, eventos, atividades, emoções, ideias, etc. são concebidos como entidades ou substâncias (ex: "O governo precisa combater o desemprego."). As estruturais implicam usar um conceito para estruturar outro (ex: conceito "Tempo é dinheiro" na frase "Investi muito tempo nesse trabalho."). Nas orientacionais, os conceitos são estruturados linearmente por referência a orientações lineares não-metafóricas. (ex: conceito "Mais é para cima" na frase "O número de vítimas continua subindo.").

As metáforas da linguagem do dia-a-dia estruturariam os sistemas conceituais (daí o termo "metáfora conceitual") ordinários de nossa cultura; enquanto as metáforas imaginativas ou criativas, que se encontram fora de nosso sistema conceitual, seriam capazes de dar uma nova compreensão à experiência.

Por fim, deve-se destacar que, para Lakoff e Johnson, os produtos da imaginação poética são em parte racionais por natureza. A metáfora representaria, portanto, a união entre razão e imaginação, como está claramente demonstrado na citação abaixo:

A metáfora é um dos mais importantes instrumentos para tentar compreender parcialmente o que não pode ser compreendido em sua totalidade: nossos sentimentos, nossas experiências estéticas, nossas práticas morais e nossa consciência espiritual. Esses esforços da imaginação não são destituídos de racionalidade; como se utilizam da metáfora, empregam uma racionalidade imaginativa. (LAKOFF E JONHSON, 2002, 303).

Muitos pesquisadores de linha cognitivista, nos últimos 30 anos, inclusive os próprios autores de *Metaphors we live by*, têm contribuído para o aperfeiçoamento da teoria das metáforas conceituais. Algumas críticas a certos pontos considerados falhos têm sido feitas; no entanto, essa teoria continua a ter ainda grande repercussão.

Já os estudiosos da linha denominada funcionalista, preocupados com o uso comunicativo da língua, procuram demonstrar que a forma linguística casual, ao se regularizar, com o uso, se fixa e se converte em norma. Traugott e Heine⁷ (*apud* VOTRE e ROCHA, 1996) chamaram de gramaticalização ao processo em que itens lexicais, com o passar do tempo, assumem "status" de elemento gramatical, com notáveis aspectos de regularidade e previsibilidade, passando a sofrer restrições gramaticais. Segundo esses

autores, um dos exemplos de gramaticalização é a passagem de um item lexical de valor semântico "x" para "y", em que se parte de sentidos mais concretos para mais abstratos (ex: “bater boca”, em que o verbo “bater” assume nova conotação nessa expressão já lexicalizada). A metáfora seria o veículo que poderia determinar essa mudança categorial, realizando a abstração, modificando o sentido dos itens lexicais. O uso constante nos discursos, partindo do pressuposto de que as pessoas metaforizam todo o tempo, provocaria a gramaticalização.

A metáfora envolveria dois aspectos: a transferência semântica e a motivação icônica. Em relação ao primeiro, a metáfora seria vista como um processo de transferência semântica, em que uma forma ou construção passaria a representar um outro significado estreitamente vinculado ao que, até então, não se relacionava a ela. A motivação icônica explicaria-se pelo fato de a metáfora estar "baseada num grau de semelhança ou compartilhamento semântico entre o significado fundante e o significado derivado." (VOTRE e ROCHA, 1996, 32). Nos estágios finais da gramaticalização, ou da "discursivização", o novo significado guardaria apenas uma associação vaga e implícita com o original, ou seja, haveria um enfraquecimento da semelhança, fazendo com que a relação parecesse arbitrária.

Segundo o funcionalismo, o processo de transferência metafórica, que se funda em algum tipo de semelhança entre o significado original e o novo significado, atingiria todas as categorias lexicais e tenderia a ser um princípio universal de mudança linguística.

É importante mencionar, ainda, três trabalhos que não se enquadram plenamente em nenhuma das linhas teóricas apresentadas nesta seção: Jensen (1975), Castro (1977) e Abreu (2000).

Jensen (1975) sugere que as metáforas utilizadas em situações que envolvem soluções de problemas, de uma maneira geral, apelam para o que pode ser reconhecido por qualquer pessoa. O autor propõe uma tipologia de metáforas, a saber:

a) de restauração, subdividida em metáfora médica (ex: "câncer da sociedade"), de roubo (ex: "liberdade roubada"), de conserto (ex: "quebra de contrato") e de limpeza (ex: "sujeira da política");

b) de percurso, subdividida em metáfora de percurso em terra (ex: "barreiras linguísticas", "estrada da vida"), em mar (ex: "tábua de salvação", "onda de assalto", "afogado em dívidas") e de cativo (ex: "escravo do sexo");

⁷ TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization. Vol I. Focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam: Benjamins, 1991.

c) de unificação, subdivididas em metáfora da família (ex: "pai dos pobres"), pastoral (ex: "O senhor é meu pastor.") e esportiva (ex: "técnico da equipe econômica");

d) de criação, subdivididas em metáfora de construção (ex: "reconstruir o país"), de compositor (ex "desafinado com as ideias do presidente") e de lavrador (ex: "plantar novas ideias", "raízes do problema");

e) naturais, subdivididas em metáfora claro-escuro (ex: "deu uma luz"), de fenômenos naturais (ex: "avalanche de críticas") e biológica (ex: "cobra em informática").

A classificação de Jensen não esgota a tipologia das metáforas (ABREU, 2000). Poderia ser incluída, por exemplo, a metáfora militar (ex: "combater a inflação"). De qualquer forma, a função da metáfora seria evocar no repertório do leitor uma imagem ou sensação de que ele pudesse se servir para entender melhor o conteúdo proposicional do texto. A escolha do tipo de metáfora dependeria da orientação que se quisesse imprimir à argumentação, uma vez que o domínio de onde é tirada compõe uma espécie de "célula cognitiva" (frame). Sendo assim, por exemplo, poderia ser aplicado o frame de "magia" ao "amor" para dizer que este é um "encantamento a dois". (ABREU, 2001, 123-124).

Já Castro, baseado nos estudos do linguista romeno Vianu,⁸ distingue quatro funções principais da metáfora: a filosófica, a psicológica, a libertadora e a estética, sendo apenas esta estritamente linguística (CASTRO, 1977).

A primeira diz respeito ao fato de a filosofia buscar imagens para apreender os dados da realidade e representá-los através de analogias com a vida interior. Sendo assim, "a tarefa do conhecimento se realizaria por meio de expressões metafóricas ditas cognitivas" (CASTRO, 1977, 79). A função psicológica está relacionada à simbologia e à interpretação dos sonhos. A libertadora liga-se à ideia de que a imagem poética "constitui o meio para libertar o espírito das repressões inconscientes de um determinado sentimento" (VIANU *apud* CASTRO, 1977, 81).

A função estética consiste em tornar mais viva uma atitude subjetiva diante da realidade. É a exteriorização das impressões, dos sentimentos, dos juízos de valor sobre os fatos e sobre as pessoas. Nesse caso, a expressão poderia ser melhorativa ou pejorativa. Por outro lado, serve ao propósito de encobrir essas mesmas impressões e sentimentos. Vianu subdivide-a em sensibilizadora, dissimuladora, potenciadora e unificadora.

⁸ VIANU, T. *Los problemas de la metáfora*. Buenos Aires: EUDEBA, 1971.

A sensibilizadora já se encontra em Aristóteles quando este apresenta a metáfora como um meio de tornar o estilo pitoresco e de pôr "o fato diante dos olhos" (ARISTÓTELES, 1964). A função dissimuladora é representada pelo uso da metáfora com a intenção de facilitar a expressão de atitudes sentimentais que não se deseja ou não se tem coragem de manifestar explicitamente. A potencializadora consiste em tornar mais claros os fatos de forma intensificadora, ou seja, é a tendência à "hiperbolização das impressões, ou à exageração" (CASTRO, 1997, 81). Perelman e Olbrechts-Tyteca também afirmam que a metáfora, em algumas situações, pode ter função semelhante à da hipérbole (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2002). Por fim, a unificadora baseia-se no fato de a metáfora poder efetuar a unidade, sem a igualdade real, ou a semelhança entre as diversas sensações. É importante notar que essa divisão da função estética não se presta apenas à linguagem literária, mas até mesmo às metáforas do dia-a-dia.

Por fim, Abreu mostra que a metáfora não é um recurso meramente decorativo, mas pode ser utilizada com os seguintes propósitos (ABREU, 2000):

a) informar melhor, pois, através da metáfora, procura-se evocar, no repertório do interlocutor, algo conhecido para tornar mais fácil o acesso a um conceito novo que se quer comunicar;

b) sensibilizar, provocar o "estranhamento", chamando a atenção do interlocutor para um ponto de vista inusitado, exigindo um maior esforço intelectual. É mais comum no texto poético;

c) convencer e persuadir, podendo ser, então, considerada uma figura de retórica;

d) despertar a criatividade, levando os interlocutores a pensar de modo diferente sobre os fatos.

No final de seu artigo, o autor dá destaque ao fato de a metáfora poder ampliar diferentes capacidades:

Com as metáforas, podemos, pois, aumentar nossa capacidade de criar e transmitir emoções. Podemos, também, pensar novos sentidos para as coisas que existem no mundo ao nosso redor e para as que existem dentro de nós, enriquecendo a nossa inteligência e o nosso coração. (ABREU, 2000, 108).

4. Visões equivocadas sobre a metáfora

A metáfora é um princípio inerente às línguas e comum mesmo na linguagem técnico-científica (HUANG, 2005) e na jornalística (TEIXEIRA, 2004; SANTOS, 2010), que estão subordinadas às concepções de objetividade e impessoalidade.

Em uma pesquisa que comprovou o uso abundante de metáforas em editoriais (TEIXEIRA, 2004), entrevistaram-se cinco jornalistas, fazendo-lhes, entre outras, a seguinte pergunta: O que pensa sobre o uso de metáforas em editoriais (ex: "A violência é um espinho agudo cravado nos nervos da população" ou "O projeto recebeu pesado bombardeio".)?

As respostas de quatro dos jornalistas mostraram, no entanto, ainda existir a concepção de que a metáfora é um recurso a ser evitado por poder prejudicar a clareza. A metáfora permanece fortemente associada à linguagem poética e é vista como um "floreio" de linguagem e inimiga da objetividade. Lakoff e Johnson mostram que, por trás dessa visão, subjazem algumas concepções, dentre elas, as seguintes:

As pessoas podem ser objetivas e podem falar objetivamente, mas só o conseguem se utilizarem uma linguagem simples que seja clara e precisamente definida, direta e sem ambiguidade e que corresponda à realidade. Somente falando desse modo, as pessoas podem se comunicar com precisão sobre o mundo externo e fazer declarações que podem ser objetivamente verdadeiras ou falsas.

A metáfora e outros tipos de linguagem poética, imaginativa, retórica ou figurada podem sempre ser evitados ao se falar objetivamente, e deveriam ser evitados, pois seus significados não são claros nem precisos e não correspondem de um modo claro à realidade. (LAKOFF e JOHNSON, 2003, 296).

Segundo os autores, esse tipo de raciocínio caracteriza o “mito do objetivismo”, um “mal entendido” baseado numa concepção cultural equivocada.

Já que essas visões equivocadas permanecem apesar dos diversos estudos modernos e das incontáveis ocorrências de metáfora nos mais variados gêneros textuais, caberia ao meio acadêmico e escolar abordar, de forma mais explícita, os diferentes usos dessa figura de linguagem tão fortemente ligada às experiências humanas.

Considerações finais

O breve histórico dos estudos sobre a metáfora buscou mostrar a complexidade do tema. Deve-se destacar, no entanto, que os pontos divergentes entre as diferentes teorias não ofuscam o fato de ser a metáfora um recurso linguístico intrínseco a qualquer língua. Ela pode ser vista como um procedimento de raciocínio e um fenômeno discursivo capaz de evocar imagens ou sensações, através da analogia, fazendo com que interlocutores compartilhem os sentidos desejados na interação verbal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A.S. Metáfora - uma visão funcionalista. *Revista Letras*. Campinas: PUC-Campinas, 19(1/2), dez. 2000. p. 95-108.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

BRÉAL, M. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. São Paulo: EDUC, 1992.

CASTRO, W. *Metáforas machadianas: estruturas e funções*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

DAVIDSON, D. O que as metáforas significam. In: SACKS, S. (org.). *Da metáfora*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992. p. 35-52.

GRICE, H.P. Logic and conversation. In: COLE, P.M. *Syntax and semantics: Speech acts*. New York: Academic Press, 1975. p.41-58.

HAWKES, T. *Metaphor*. London: Methuen & Co Ltd, 1972.

HUANG, Carolina. *A metáfora no texto científico de medicina: um estudo terminológico da linguagem sobre AIDS*. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2005.

JENSEN, J.V. Metaphorical constructs for the problem-solving process. In: *Journal of Creative Behavior*. New York: Creative Education Foundation, vol. 9, nº 2, second quarter, 1975.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

LIMA, P.L.C., GIBBS JR. R.W.; FRANÇOSO, E. Emergência e natureza da metáfora primária: Desejar é ter fome. *Cadernos de estudos linguísticos*. Campinas: UNICAMP/IEL, 40, p. 107-140, jan./jun. 2001.

MOOIJ, J.J.A. *A study of metaphor*. Amsterdam/New York/Oxford: North-Holland Publishing Company, 1976.

MOORE, F.C.T. On taking metaphor literally. In: MIALL, D.S. (ed.). *Metaphor: problems and perspectives*. New Jersey: Humanities Press Inc., 1982. p. 1-13.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de argumentação: A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RICOUER, P. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

RODRÍGUEZ, M. V. Metáforas de interacción in Aristóteles. *Espéculo: Revista de estudios literários*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, nº 11, 1999. Disponível em: http://www.ucm.es/info/especulo/numero11/met_ari.html. Acesso em: 16 abr. 2011.

SANTOS, R. da C. O papel da linguagem metafórica no discurso jornalístico. Niterói: UFF, Revista Icarahy, Niterói: UFF, n. 4, out. 2010. Disponível em: http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/4/dlingua/Roberta_Santos.pdf. Acesso em 15 abr. 2011.

SEARLE. Metáfora. In: Expressão e significado. *Estudos da teoria dos atos de fala*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 121-181.

SIQUEIRA, M. *Metáfora: intersecção entre abordagens lógicas e cognitivistas*. Porto Alegre: Faculdade de Letras da PUCRS, 1999.

TEIXEIRA, C. de S. *A metáfora na argumentação*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2004.

VOTRE; ROCHA, A.R. A base corporal da metáfora. In: MARTELOTA, M.E. , VOTRE, S. J.; CEZARIO, M.M. (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 127-146.

ZANOTTO, M.S. et alii. Apresentação à edição brasileira. In: LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Mercado de Letras, 2002. p. 9-33.